

FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE ITABIRITO

RELATO INSTITUCIONAL ANO 2019

O Relato Institucional evidencia a influência das avaliações internas e externas na modificação das estratégias e processos e de gestão. Demonstra as ações e melhorias implementadas historicamente pela IES a partir dos resultados das avaliações externas e internas, visando à execução, formulação ou reformulação do PDI.

Mantenedora:

Fundação Presidente Antônio Carlos

Mantida:

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Itabirito

**Itabirito – MG
Agosto/2019**



FUPAC

FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE ITABIRITO

Relato Institucional

1. APRESENTAÇÃO

O presente relato responde ao cumprimento da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 62, e tem por objetivo ser uma ferramenta para acompanhamento e verificação do posicionamento da instituição frente aos resultados de avaliação interna e externa.

O sistema de avaliação no Ensino Superior é regulamentado pela Lei Federal nº 10.861 de 14/04/2004 (SINAES – Art. 11) que determina a criação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, com atribuições de conduzir o processo de avaliação interna das Universidades/Faculdades/Escolas, de sistematização e prestação das informações solicitadas pelo INEP.

O Art. 3º da referida lei, estabelece também as dimensões que devem ser foco da avaliação institucional e que, garantem simultaneamente a unidade do processo avaliativo em âmbito nacional assim como a especificidade de cada instituição.

O planejamento e o processo avaliativo da IES consideram a realidade institucional e sua abrangência, adotando para isso cinco (5) Eixos Temáticos previstos no Instrumento de Avaliação atualizado através da Nota Técnica n.º 14/2014.

O agrupamento em eixos visa facilitar o diálogo entre as atividades que devem ser articuladas no momento da avaliação.

A avaliação institucional da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Itabirito é organizada de forma a contemplar as dez (10) Dimensões estabelecidas pelo SINAES, sendo que o processo valoriza a participação de todos os segmentos de forma democrática, garantindo transparência, credibilidade e confiabilidade ao processo

2. A INSTITUIÇÃO

2.1 Dados da Instituição

Nome da Instituição: Faculdade Presidente Antônio Carlos de Itabirito

Caracterização de IES: Instituição Privada sem fins lucrativos – Faculdade

Endereço: Rua Cecília de Almeida Rocha, 291 – Bairro Novo Itabirito- Itabirito - MG

CEP: 35450-000

Telefone: (31)3562-3750

e-mail: secretariaitabirito@unipac.br

Código e-MEC: 14243

Mantenedora: Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC

CNPJ: 17.080.078/0001-66

Endereço: Rua Aquiles Lobo – n. 168 A – Bairro Floresta - CEP: 30.150-160 - Belo Horizonte / MG

Natureza Jurídica: Fundação sem fins lucrativos

Código da Mantenedora no e-MEC: 221

Atos Legais da Mantenedora

Lei Estadual 3.038 de 19/12/1963 que cria a Fundação Universitária da Mantiqueira.

Lei Estadual 3.871 de 17/12/1965 que altera a denominação para Fundação Presidente Antônio Carlos.

Estatuto registrado sob o n.º 119.274, livro A, no registro 09, no Cartório de Registro Civil das Pessoas

Jurídicas de Belo Horizonte/MG.

Direção Superior da Mantenedora

Prof. Bonifácio José Tamm de Andrada – Presidente

Prof. Fábio Afonso Borges de Andrada – Vice-Presidente

Dados e Atos Legais da Mantida

Ato de Criação: Credenciada com amparo nas Leis Estaduais 14.202 de 27/03/2002 e 14.949 de 09/01/2004.

Rede credenciamento: Portaria MEC 253 de 18/04/2016, publicada no Diário Oficial da União em 19/04/2016 e retificada em 07/12/2016.

2.2 - Breve Histórico da IES e de sua Mantenedora

2.2.1 - Histórico da Mantenedora

A Fundação Presidente Antônio Carlos (FUPAC), entidade Mantenedora da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Itabirito, iniciou suas atividades em 1966 sendo uma entidade de natureza filantrópica, voltada para a prestação de serviços educacionais. Nos seus 55 (cinquenta e cinco) anos de atuação da FUPAC, seus esforços em prol da educação superior, já ultrapassaram a marca de mais de 50.000 (cinquenta mil) profissionais formados, egressos de suas salas de aulas, e incluídos no mercado de trabalho nacional e do exterior.

Essas características, bem como a grande capilaridade no interior mineiro, alcançando diversos municípios, tornam a FUPAC a entidade privada sem fins lucrativos de grande expressão no âmbito do Estado de Minas Gerais, cumprindo fielmente sua missão institucional, levando o ensino superior às mais afastadas localidades mineiras, incluindo na sua missão a divulgação do conhecimento e do ensino mesmo nos mais pobres e menores municípios. E, exatamente a essência da sua natureza jurídica, a ausência de finalidade lucrativa, que a faz diferente e única no universo das instituições de educação superior.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) caracteriza-se como um documento capaz de dinamizar os rumos da Faculdade por meio de novas leituras das concepções a ele subjacentes, por sua potencialidade de gerar reflexões e revisões permanentes.

As tradições culturais de Barbacena surgiram no século XIX, quando foi criado na cidade, em 1881, o célebre Colégio Abílio, do Barão de Macaúbas, cujas instituições educacionais, existentes no Rio de Janeiro/RJ e em Salvador/BA, eram as mais afamadas do Império. Na década de 1910, o Ginásio Mineiro de Barbacena era uma das mais importantes entidades escolares do Brasil. Poucos anos depois foi criado, na cidade, o Colégio Militar, um dos três únicos do País. Também é dessa época o Aprendizado Agrícola (hoje denominado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas - Campus Barbacena), um dos primeiros implantados no território brasileiro.

O presidente Antônio Carlos, barbacenense ilustre, que criou a Universidade de Minas Gerais, em 1928 a primeira do Brasil, foi o reformador do ensino no seu Estado, com evidentes repercussões em todo o País, quando governava os mineiros. Essa tradição despertou nos meios educacionais da cidade de Barbacena a esperança da criação de escolas superiores.

Em 1963, o Deputado Bonifácio de Andrada, por meio de um projeto de lei, criou a Fundação Universitária da Mantiqueira na sua terra natal, a qual, por iniciativa do Deputado Hilo Andrade passou, no ano de 1965, a denominar-se Fundação Presidente Antônio Carlos.

Em 1966, data de início das atividades da FUPAC, foram criadas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade de Ciências Econômicas. Em seguida, surgiram as Faculdades de Direito e Medicina, esta última, passou a partir de 1988 a pertencer à Fundação José Bonifácio Lafayette de Andrada (FUNJOBE).

Em uma contínua expansão, a Fundação Presidente Antônio Carlos passa a estar presente na cidade de Ubá, em 1970; e em Visconde do Rio Branco, em 1975. A FUPAC chega também a Leopoldina no ano de 1991; a Ipatinga, em 1993; e a Juiz de Fora, em 1996. Em 1997, a Fundação instala-se ainda em Conselheiro Lafaiete; no ano seguinte (1998) em Bom Despacho; e em 2001, em Araguari.

Aos 33 anos de atividade, em 1996, em reconhecimento à qualidade do ensino oferecido, nas 06 (seis) Faculdades da Fundação Presidente Antônio Carlos, localizadas nos municípios de Ubá, Visconde do Rio Branco, Leopoldina, Ipatinga e Juiz de Fora, transformam-se na Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), autorizada pelo Conselho Estadual de Educação, através do Parecer nº 549, de 14, de junho de 1996 e homologada pelo Ministério da Educação por meio da Portaria do MEC nº 366, de 12 de março de 1997. Posteriormente, foi acrescida de mais 03 (três) Campi, Bom Despacho, Araguari e Conselheiro Lafaiete, ficando o UNIPAC em 2001 com 09 (nove) Campi.

A partir de 2002, o Presidente da FUPAC, professor Bonifácio Andrada, visando à melhoria da qualidade da educação de base no Estado e consciente da necessidade de capacitação do profissional pedagógico da Educação, criou a Rede de Ensino Normal Superior com as Faculdades de Educação e Estudos Sociais em mais de 130 (cento e trinta) cidades espalhadas por Minas Gerais, o que promoveu uma grande revolução educacional no interior mineiro. Tal iniciativa atendeu às necessidades de cada região e à exigência instituída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96, que determinou, a partir de 2006, imprescindível a formação superior para atuação dos professores em sala de aula.

Hoje, portanto, a FUPAC, com 55 (cinquenta e cinco) anos como Instituição de Educação Superior, está presente em muitas cidades de Minas Gerais, ofertando cursos de graduação, pós-graduação e/ou extensão.

Atualmente a FUPAC mantém a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Itabirito e um conjunto de outras Faculdades, nas quais funcionam cursos de graduação, pós-graduação e extensão nas diversas áreas do conhecimento.

2.2.2 Breve história da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Itabirito

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Itabirito é uma das instituições de Ensino Superior mantidas pela Fundação Presidente Antônio Carlos (FUPAC), entidade sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte / MG.

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Itabirito iniciou suas atividades, nesta cidade em 2006, abrindo novas perspectivas para a educação e o desenvolvimento econômico e social do município e região. Atualmente a IES possui em funcionamento o curso de Direito, e o seu corpo docente é constituído por professores com titulação obtida em programas de pós-graduação Lato e stricto sensu.

A instalação oficial da FUPAC no município de Itabirito foi concretizada após convênio firmado com a Prefeitura Municipal. Inicialmente a Instituição foi credenciada como Faculdade pertencente à Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC, instituição multicampi vinculada ao Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais, iniciando suas atividades em 2006 com os cursos de Farmácia e Direito.

Tendo como base análises mercadológicas, a Instituição iniciou seu processo de expansão ainda no ano de 2006 com o curso de Enfermagem e em 2015 obteve autorização para oferta do curso de Administração.

Em setembro de 2008, por força de decisão do Supremo Tribunal Federal, que declarou inconstitucionais alguns artigos da Constituição do Estado de Minas Gerais, todas as IES's mantidas pela Fundação Presidente Antônio Carlos (além de outras fundações educacionais de Minas Gerais) passaram a integrar o Sistema Federal de Ensino. Assim, a partir de 2009, iniciaram-se os procedimentos para migração das IES's da FUPAC para o referido Sistema.

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Itabirito, manteve seus propósitos de crescimento e continuidade, alicerçada nos preceitos de responsabilidade social e ambiental, aproximando-se cada vez mais da comunidade e promovendo a necessária aliança entre o ensino, a iniciação científica e a extensão, contribuindo com o desenvolvimento social, cultural e econômico da cidade e região. Hoje a Faculdade mantém vários projetos e atividades de extensão que promovem esse estreitamento dos laços com a comunidade na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

2.2.3 Identidade corporativa

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Itabirito é uma instituição de Ensino Superior com sede em Itabirito/MG criada com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento da região onde está inserida, formando profissionais de nível superior para o mercado de trabalho.

O seu compromisso, entre outros, é com a excelência do ensino, voltando-se para uma científica compreensão política do mundo e dos nossos tempos, para os problemas da multi e interdisciplinaridade, com a procura de novos talentos, a inserção ocupacional de seus alunos e a formação continuada dos seus diplomados.

2.2.4 Missão

“Formar profissionais socialmente responsáveis, capazes de estender à comunidade em que vivem os conhecimentos das ciências, contribuindo para o desenvolvimento social e cultural da região, do Estado e do País”.

2.2.5 Visão

“Ser uma instituição de Ensino Superior de referência na região e no Estado de Minas Gerais, buscando o contínuo aprimoramento e desenvolvimento do ensino e da extensão”.

2.2.6 Valores – Princípios de Qualidade

- ✓ Integridade;
- ✓ Competência;
- ✓ Aspiração de crescimento profissional, pessoal e institucional;
- ✓ Valorização de desempenho;
- ✓ Integração;
- ✓ Comprometimento com a comunidade;
- ✓ Vocação para prestar serviços.

2.2.7 Objetivos Institucionais

A Faculdade tem por objetivos:

- ✓ garantir a efetividade da Avaliação Institucional como instrumento de gestão;
- ✓ assegurar que a comunidade acadêmica perceba a Avaliação Institucional como instrumento participativo no aperfeiçoamento da Instituição;
- ✓ assegurar que a missão, os objetivos, as metas e os valores da Instituição estejam contemplados nas políticas de ensino e extensão;
- ✓ reformular o Programa de Nivelamento;
- ✓ melhorar a Gestão do Corpo Docente e Técnico –administrativo;
- ✓ aumentar a sinergia entre os cursos de graduação e pós graduação;
- ✓ melhorar o desempenho acadêmico;
- ✓ garantir eficácia nos processos de comunicação internos e externos;

- ✓ garantir infraestrutura física laboratorial, de biblioteca, tecnológica, salas de aula e administrativa que atenda às necessidades dos cursos ofertados;
- ✓ capacitar o Corpo Técnico Administrativo e Docente;
- ✓ melhorar o Clima Organizacional;
- ✓ buscar Inovação Tecnológica Contínua;
- ✓ aumentar receita;
- ✓ reduzir custos; e
- ✓ aumentar rentabilidade.

2.2.8 - Histórico da Avaliação Institucional na IES

As orientações e instrumentos propostos na avaliação institucional da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Itabirito estão apoiados na LDB 9.394/96, nas DCN's de cada curso oferecido pela IES e na Lei nº. 10.861/2004, que institui o SINAES.

No sentido de resgatar o histórico da avaliação institucional, cabe ressaltar que a IES sempre se preocupou em mensurar e identificar aspectos de melhorias e/ou avanços em todos os eixos avaliativos, especialmente no que tange ao processo de ensino e aprendizagem.

A IES, preocupada com a qualidade de seu trabalho, mesmo antes da Lei 10.861/2004 já realizava semestralmente uma avaliação junto ao corpo discente da IES, por meio de um questionário semiestruturado e aplicado a todos os cursos. Com o advento da lei do SINAES, percebeu-se a necessidade de redefinição do projeto de avaliação institucional que contemplasse as 10 (dez) dimensões.

Neste sentido foi criada, através de designação por ato do Diretor da IES, a Comissão Própria de Avaliação (CPA). A partir de então, a IES passou a realizar a avaliação conforme as diretrizes do SINAES buscando a melhoria contínua da qualidade dos processos educacionais, cumprindo o desafio de uma avaliação institucional com finalidades construtiva e formativa, tornando-se um processo de avaliação permanente.

Ao longo de todos os ciclos do processo avaliativo da IES, a CPA gerou e protocolou tempestivamente os relatórios parciais e finais, contribuindo com a evolução e a melhoria dos processos educativos da IES, aumentando a cada ano, o nível de assertividade dos resultados apontados dado o aprimoramento do instrumento utilizado, consolidando o processo da avaliação através do envolvimento de discentes, docentes, professores, coordenadores, técnicos administrativos e a comunidade externa.

2.2.9 – Composição Atual da CPA

FUNÇÃO NA CPA	MEMBRO	ATIVIDADE FUNCIONAL
Representante do corpo docente e Coordenadora da CPA	Ramon Mapa da Silva	Professor
Representante do corpo docente	Guilherme Henrique Lage	Professor
Representante do corpo discente	Daniel Filipe de Deus Soares	Aluno do Curso de Direito
Representante do corpo discente	Marília Paula de Aguiar Ferreira	Aluna do Curso de Direito
Representante do corpo técnico-administrativo Vice-Coodenadora da CPA	Elisângela Pereira de Sousa	Técnico de nível superior
Representante do corpo técnico-administrativo	Lizziane Cardoso	Técnico de nível superior
Representante da Sociedade Civil Organizada	Maura de Fátima Mendonça	Advogada
Representante da Sociedade Civil Organizada	Irene Melillo Cardoso	Professora

2.2.10 – Cursos de Graduação Ofertados

CURSO: BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO – Ativo sem Demanda	
MODALIDADE: Presencial	
VAGAS ANUAIS AUTORIZADAS: 100	REGIME DE MATRÍCULA: Seriado semestral
DURAÇÃO EM SEMESTRES: 08	CARGA HORÁRIA TOTAL: 3.000
ATOS REGULATÓRIOS: Autorização: Portaria MEC n.º 818 de 29/10/2015 publicada no DOU em 30/10/2015.	

CURSO: BACHARELADO EM DIREITO	
MODALIDADE: Presencial	
VAGAS ANUAIS AUTORIZADAS: 200	REGIME DE MATRÍCULA: Seriado semestral
DURAÇÃO EM SEMESTRES: 10	CARGA HORÁRIA TOTAL: 4.140
ATOS REGULATÓRIOS: Autorização: Leis Estaduais 14.202 de 27 de março de 2002 e 14.949 de 09 de janeiro de 2004. Reconhecimento: Portaria MEC nº 546 de 12/09/2014 publicada no DOU de 16/19/2014.	

3 – CONCEITOS OBTIDOS PELA IES NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS: INSTITUCIONAIS E DE CURSO

A Faculdade obteve os seguintes Conceitos nas avaliações externas já realizadas:

Conceito ENADE

ANO	CURSO	CONCEITO ENADE
2007	Enfermagem	SC
2007	Farmácia	SC
2009	Direito	SC
2010	Enfermagem	02
2010	Farmácia	03
2012	Direito	03
2015	Direito	03

Conceito CPC

ANO	CURSO	CONCEITO CPC	CPC CONTÍNUO
2007	Enfermagem	SC	SC
2007	Farmácia	SC	SC
2009	Direito	SC	SC
2010	Enfermagem	SC	SC
2010	Farmácia	SC	SC
2012	Direito	SC	Não foi divulgado, pois o curso não era reconhecido.
2015	Direito	02	1,9147

Conceitos Obtidos na Avaliação do Curso

ANO/ TIPO DA AVALIAÇÃO IN LOCO	CURSO	CONCEITOS			CONCEITO FINAL
		Dimensão 1	Dimensão 2	Dimensão 3	
		Organização Didático-Pedagógica	Docentes	Instalações Físicas	
2010 (Reconhecimento)	Farmácia (Bacharelado)	3	3	3	3
2011 (Reconhecimento)	Enfermagem (Bacharelado)	2,42	2,08	3,10	2
2011 (Reconhecimento)	Direito (Bacharelado)	4	3	3	3
*2018 (Renov. Reconhecimento)	Direito (Bacharelado)	3,36	3,0	3,38	3

*Relatório impugnado pela IES e está sob análise da CTA.

Conceito IGC

ANO IGC	IGC CONTÍNUO	CONCEITO IGC
2013	3,0075	4
2014	3,007	4
2015	1,9147	2
2016	1,9146	2
2017	1,9147	2

Conceito Institucional

ANO DA AVALIAÇÃO IN LOCO	CONCEITOS ALCANÇADOS NAS DIMENSÕES										CONCEITO FINAL AVALIAÇÃO IN LOCO
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
2010 (Recredenciamento)	2	3	4	3	3	4	3	2	3	3	3

Vale salientar que na avaliação in loco realizada pelo INEP/MEC para fins de credenciamento no ano de 2010, a IES alcançou conceito satisfatório, enquadrando-se dentro dos padrões de qualidade exigidos pelos órgãos reguladores, nunca tendo sido imposto qualquer tipo de Protocolo de Compromisso ou Termo de Sanção de Deficiências.

Não obstante aos resultados obtidos, existe uma constante busca por melhorias institucionais no processo ensino-aprendizagem, assim também como em sua infraestrutura física e acadêmica.

Os processos avaliativos na IES são compreendidos como possibilidade de transformação e os resultados utilizados como ferramenta de gestão, evidenciando o compromisso da IES com a construção de um ensino de qualidade, promovendo e motivando a construção de uma comunidade justa, solidária e inclusiva.

4 – PROJETOS E PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO

Estamos vivenciando um momento especial da Educação Brasileira, no qual a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, e a legislação complementar estabelecem que a autorização e o reconhecimento dos cursos decorrerão dos resultados que comprovem alta qualificação da IES, garantida na Autoavaliação Institucional e nas avaliações realizadas pelo Poder Público.

O conceito de avaliação evoluiu com o tempo, passando esta a ser entendida como um processo inerente a qualquer atividade humana. A partir dela, obtêm-se as informações que permitem conhecer, orientar, melhorar ou transformar os aspectos avaliados.

A avaliação institucional nesta Faculdade é compreendida como um processo que possibilita a transformação da IES, evidenciando o compromisso desta com a construção de uma sociedade justa e solidária e, portanto, democrática e inclusiva.

A coleta e análise de dados acontecem sistematicamente por ciclos. A Autoavaliação para diagnóstico global é feita a partir da visão do discente, docente, dos técnico-administrativos e sociedade civil, de aspectos gerais e relevantes dos processos de ensino-aprendizagem, das estruturas acadêmicas de todos os cursos, detectando pontos de excelência e carência. Assim sendo, a autoavaliação indica os seguintes aspectos institucionais: relacionamento entre corpo docente e discente, motivação, grau de comunicação e expressão, respeito e valorização das opiniões discentes e da ação didático-pedagógica do docente propriamente dita; desempenho interdisciplinar; compromisso com a ética; compromisso com o conhecimento; dinâmica de avaliação da aprendizagem e domínio de conteúdo pelo docente.

A cada período da avaliação, é organizada uma campanha motivadora para que os alunos, professores e funcionários respondam às pesquisas. A Comissão Própria de Avaliação organiza as campanhas de autoavaliação, com o auxílio da Direção, Coordenadores de Curso e representantes de classe, que colaboram para a divulgação das datas, formas e objetivos do exercício de avaliar.

A Avaliação Docente é realizada semestralmente. Cada aluno responde a um questionário contendo as questões referentes às disciplinas nas quais está matriculado no semestre, tendo, desta forma, oportunidade de avaliar todos os docentes. Essa avaliação docente é uma das avaliações internas que compõem o processo global de autoavaliação.

O processo de autoavaliação passa por algumas etapas. Em um primeiro momento é realizada a Etapa de Preparação: O objetivo desta etapa é planejar a autoavaliação, estimular os envolvidos no processo. Esta etapa prevê as seguintes ações a serem realizadas pela CPA: 1- Planejamento de um Programa que leve em conta os termos da adesão às diretrizes contidas no SINAES. Este programa compreende a redefinição dos objetivos, as estratégias, a metodologia, os recursos e o calendário das ações avaliativas. O planejamento deve levar em conta as características da instituição e sua experiência avaliativa anterior. 2-Sensibilização - são utilizados vários meios para se atingir o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa como realização de seminários, palestras, "folders" explicativos, cartazes, publicações, intranet e outros. A sensibilização está presente nos momentos iniciais e na continuidade das ações avaliativas, pois sempre haverá sujeitos novos iniciando sua participação no processo.

No segundo momento do processo de autoavaliação é cumprida a Etapa de Desenvolvimento. Esta etapa tem como objetivo a concretização das atividades que foram programadas no projeto de Autoavaliação. Estão presentes as seguintes ações: sensibilização; realização das técnicas programadas como seminários internos para apresentação das diretrizes do SINAES e do Projeto de Autoavaliação da Faculdade, discussões internas e apresentação das sistematizações de resultados e outros; revisão e reestruturação dos instrumentos para a coleta de dados (questionários e outros); definição da metodologia de análise e interpretação dos dados; definição das condições materiais e humanas para o desenvolvimento do trabalho: espaço físico, docentes e técnico-administrativos com horas de trabalho dedicadas a esta tarefa e outros; definição de formato dos relatórios de Autoavaliação (parciais e final); elaboração de relatórios parciais e final; e organização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica.

Em um último momento, tem-se a Etapa de consolidação do processo e programação de redirecionamento. O objetivo desta etapa é o de elaborar, analisar e divulgar o relatório final. Contempla também a realização de um balanço crítico do processo avaliativo (meta-avaliação) e de seus resultados em termos da melhoria da qualidade da instituição. As ações previstas nesta etapa são: organização das discussões dos resultados pela comunidade acadêmica; elaboração de um relatório final que expresse os resultados das discussões, análise e interpretação dos dados; divulgação para a comunidade acadêmica dos resultados obtidos; e planejamento da aplicação dos resultados visando ao saneamento das deficiências encontradas.

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Itabirito contempla, em seu Programa de Avaliação Institucional, as dez dimensões básicas estabelecidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O objetivo geral do processo de autoavaliação é que a faculdade vá além da reprodução cultural, preparando os seus alunos como profissionais competentes e cidadãos capazes de transformar a realidade com vistas ao bem comum.

5 – DIVULGAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação acompanha e divulga o processo avaliativo através do site Institucional, folders, quadros de aviso, cujo objetivo é demonstrar as melhorias para que haja credibilidade no processo. Os coordenadores e professores são convidados pela Direção a participar do processo, promovendo orientação e motivação junto ao corpo discente.

A Avaliação Institucional permite a formação de juízos críticos sobre a IES, a partir dos seguintes passos:

- I. Divulgação dos resultados para a comunidade acadêmica e comunidade externa;
- II. Retorno individual dos resultados aos professores do curso, através de documento contendo a análise individual do desempenho (entregue pelo coordenador);

- III. Reuniões com corpo administrativo;
- IV. Reuniões com corpo docente;
- V. Informativo aos alunos quanto às melhorias efetivadas a partir da solicitação do corpo discente e das ações propostas pela CPA.

Para delimitar o universo da pesquisa da CPA, foram definidos os seguintes parâmetros de acordo com as Dimensões:

Dimensão 1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional.

Instrumentos:

Análise documental.
Relatórios de avaliação externa: INEP/MEC.

Dimensão 2 – A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

Instrumentos:

Questionário: discentes, docentes e pessoal técnico-administrativo.
Análise documental.
Relatórios de avaliação externa: INEP/MEC.
Registros da ouvidoria.

Dimensão 3 – A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Instrumentos:

Análise documental.
Relatórios de avaliação externa: INEP/MEC.

Dimensão 4 – A comunicação com a sociedade:

Instrumentos:

Análise documental.
Relatórios de avaliação externa: INEP/MEC.

Dimensão 5 – As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

Instrumentos:

Questionário: docentes e pessoal técnico-administrativo.
Análise documental.
Relatórios de avaliação externa: INEP/MEC.

Dimensão 6 – Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Instrumentos:

Questionário: discentes, docentes e pessoal técnico-administrativo.
Análise documental.
Relatórios de avaliação externa: INEP/MEC.

Dimensão 7 – Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

Instrumentos:

Questionário: discentes, docentes e pessoal técnico-administrativo.
Relatórios de avaliação externa: INEP/MEC.

Dimensão 8 – Planejamento e avaliação, especialmente, os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

Instrumentos:

Análise documental.
Relatórios de avaliação externa: INEP/MEC.

Dimensão 9 – Políticas de atendimento aos estudantes.

Instrumentos:

Questionário: discentes, docentes e pessoal técnico-administrativo.
Registros da ouvidoria.
Relatórios de avaliação externa: INEP/MEC.

Dimensão 10 – Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da Educação Superior.

Instrumentos:

Análise documental.

Relatórios de avaliação externa: INEP/MEC.

Os dados coletados de cada instrumento utilizado ao longo do processo avaliativo são analisados pela CPA, discutidos e repassados à direção geral, demais diretorias, coordenações, encarregados de setores administrativos, responsáveis pelos serviços terceirizados e posteriormente, a toda comunidade acadêmica.

Além destes dados, a CPA analisa ainda, os resultados da ouvidoria, dos grupos focais e documentos da IES bem como o resultado das reuniões com direção, encarregados administrativos, líderes de turmas e reuniões com o corpo docente.

A IES, no último ciclo avaliativo obteve resultados de avaliação considerados positivos tanto pelos discentes, quanto pelos docentes, especialmente no que tange à sua imagem no meio acadêmico e na sociedade.

Os discentes reconhecem a IES como uma IES de qualidade que contribui para o desenvolvimento local e regional. As avaliações e colocações dos discentes sobre a qualidade, responsabilidade social e compromisso da IES foram ressaltadas nos grupos focais e são condizentes com as notas obtidas nos questionários. Os conteúdos ministrados e o processo de ensino aprendizagem também receberam notas similares por parte dos discente.

Já quanto ao Corpo Técnico-Administrativo os conceitos apontados quanto às condições de trabalho, capacitação e serviços oferecidos são considerados também positivos.

A divulgação dos resultados da avaliação ocorre em dois níveis: comunicação interna e comunicação externa.

A comunicação interna entre a instituição, os docentes, o corpo técnico-administrativo e o corpo discente ocorre, principalmente, através de reuniões, e-mails, circulares, quadros de aviso e na rede interna de comunicação.

Os resultados pertinentes a cada curso são repassados às coordenações, multiplicando-os aos docentes que integram os colegiados de curso, equipes técnico-administrativas, bem como aos demais interessados. Os relatórios são ainda discutidos com todos os líderes de turmas.

A comunicação externa se dá principalmente através da internet. Os resultados de abrangência geral são disponibilizados no site da Instituição e em publicações informativas e reuniões com fins específicos.

6 – PLANO DE MELHORIAS A PARTIR DOS PROCESSOS AVALIATIVOS

A autoavaliação institucional tem a finalidade de identificar o andamento e a qualidade das atividades-fim (ensino e extensão) e das atividades-meio (gestão acadêmica e administrativa), buscando assegurar a integração de dimensões externas e internas da avaliação institucional, mediante um processo construído e assumido coletivamente. Tal esforço institucional garante a possibilidade de gerar informações para tomadas de decisão de caráter político, pedagógico e administrativo, já que as informações resultantes dos diversos processos avaliativos institucionais geram oportunidades de acompanhamento e de avaliação a serem desenvolvidas internamente. Tais informações subsidiam o planejamento de novas ações, em um processo de retroalimentação curricular, com vistas ao aprimoramento das políticas, das diretrizes e das ações definidas no PDI.

A avaliação institucional é realizada pela CPA. Configura-se em um processo que pressupõe a participação coletiva dialógica, priorizando a autoavaliação institucional e a avaliação das condições de ensino e aprendizagem. Tem como resultado esperado a elaboração de um relatório contendo as potencialidades e as fragilidades institucionais, em consonância com as diretrizes do SINAES.

A análise dos resultados da autoavaliação e das avaliações externas desencadeiam ações institucionais que contribuem para a consecução das metas e dos objetivos estratégicos traçados no PDI e para a melhoria dos serviços ofertados aos corpos discente e docente e ao pessoal técnico-administrativo.

Assim, o planejamento para melhoria dos processos e da ação institucionais – sedimentado no PDI – é desenvolvido de forma retroalimentada a partir dos processos de avaliação.

A avaliação institucional é um processo desenvolvido pela comunidade acadêmica da IES com o intuito de promover a qualidade da oferta educacional por excelência. O resultado de cada processo avaliativo, em confronto com os objetivos institucionais apontados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), permite nortear os rumos institucionais a médio e longo prazo.

Cabe à instituição transformar seus resultados em ações coletivamente legitimadas, valorizando a participação dos atores-sujeito no processo da avaliação institucional. Ao finalizar cada ciclo de avaliações, são mapeadas as potencialidades e fragilidades apontadas pela comunidade acadêmica. Os resultados desse mapeamento são utilizados para embasar um planejamento institucional com vistas a atender

as demandas apontadas.

De forma resumida, apresentam-se alguns pontos do Relatório de Autoavaliação Institucional:

Eixo 1. Planejamento e Avaliação Institucional: Implantação do Sistema Integrado de Gestão (RM-TOTVs); melhorias no sistema de bolsas de estudos e/ou descontos; discussão nos órgãos colegiados superiores para implantação de novos projetos; novas parcerias e convênios de estágios e projetos sociais; expansão dos cursos de extensão e iniciação científica; desenvolvimento e aquisição de tecnologias de gestão e de aprendizagem.

Eixo 2. Desenvolvimento Institucional: Participação efetiva da CPA na elaboração e revisão do PDI, discussão com diversos membros da instituição sobre aspectos relacionados às melhorias na instituição, participação na elaboração do regulamento para concessão de bolsas, bem como orientação e padronização de procedimentos. Estabelecimento de novas parcerias e convênios de estágios e projetos sociais; expansão dos cursos de extensão e iniciação científica, desenvolvimento e aquisição de tecnologias de gestão e de aprendizagem.

Eixo 3. Política Acadêmica: Entre outras ações relacionadas às políticas acadêmicas, destacam-se: Reestruturação do Núcleo de Acessibilidade, Ações para melhoria do desempenho dos Alunos no ENADE e exames de classe, revisão dos PPC's, bem como a integralização do corpo docente; criação/ampliação de Eventos de Cunho Científicos, dos Projetos e Ações de Extensão; aquisição de novas bibliotecas virtuais e digitais e ampliação do acervo; aprimoramento do sistema de avaliação.

Eixo 4. Políticas de Gestão: A política de gestão adotada, assim como sua operacionalização, está contemplada em documentos internos já aprovados pelas instâncias superiores e legitimamente reconhecidas pela FUPAC. Entre as ações destacam-se: constituição de áreas temáticas de Educação em Direitos Humanos, Administrativo e Financeiro, Tecnologia da Informação, Gestão Estratégica de Pessoas, Registro e Controle Acadêmico, Comunicação e Marketing e Responsabilidade Social e Filantropia, com responsabilidade de desenvolver políticas institucionais, estrutura e padronização de processos; implantação de Sistema Integrado de Gestão Empresarial (ERP, TOTVS/RM) e do projeto de retenção de alunos; ampliação da oferta de cursos de formação continuada para docentes e administrativos, dos processos de distribuição dos produtos didático-pedagógicos e da Biblioteca Digital; centralização Secretaria Geral; aprimoramento dos processos de registro e controle acadêmico.

Eixo 5. Infraestrutura Física: adequação de infraestrutura, conforme normas de segurança e acessibilidade; instalação de internet e projetores nas salas de aula; criação, ampliação e reestruturação de laboratórios de informática, ampliação constante do acervo da biblioteca e aquisição de novas bibliotecas virtuais. Construção de rampas e colocação de piso tátil em toda a Instituição; colocação de bebedouros adaptados; ampliação no número de sanitários adaptados; ampliação no número de vagas nos estacionamentos internos; melhorias no serviço de redes, ampliação do alcance da rede de wi-fi; ampliação e atualização dos computadores dos laboratórios de informática. Houve também a adaptação dos balcões de atendimento na biblioteca com infraestrutura para atendimento a pessoas com deficiência visual. Tanto a biblioteca como a secretaria, na sua central de atendimento, possuem profissionais habilitados para atendimento a pessoas com necessidades especiais.

7 – PROCESSOS DE GESTÃO

A política de gestão acadêmico-administrativa da IES prevê o estabelecimento de um modelo de gestão que fortaleça práticas democráticas, amplie parcerias, desenvolva a cooperação e o diálogo com a comunidade acadêmica e com a sociedade, visando respostas mais qualificadas às novas demandas e aos desafios do nosso tempo.

Os resultados das avaliações, além de subsidiarem as ações internas e a reformulação do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), formam a base para a implementação de todas as políticas educacionais e de ações correspondentes.

7.1 - Em relação à estrutura organizacional

A estrutura organizacional estabelecida para a Faculdade foi concebida para que a instituição tenha versatilidade administrativa e se prime por um número reduzido de instâncias decisórias. Sendo assim, os Órgãos Colegiados da Faculdade são: Comitê de Gestão, Colegiado de Curso, Direção Geral e Coordenações de Cursos. A constituição e as atribuições e competências de cada órgão estão contempladas no Regimento Geral da IES.

Com relação à sua organização administrativa, indicada em organograma, também constante de seu Regimento, a Faculdade, além da sua Direção Geral e das Coordenações de Cursos, dispõe da Secretaria Acadêmica e da Biblioteca como órgãos de apoio.

Sobre a Assistência ao Estudante, respeitando o limite de suas possibilidades técnicas e financeiras e observadas a finalidade e programação específicas, a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Itabirito procura prestar aos seus alunos assistência à sua realização como pessoa e oferecer-lhes as condições básicas necessárias ao seu encaminhamento para a formação como profissional pleno. A assistência ao estudante abrange as partes de orientação Psicopedagógica, Programa de Nivelamento, Programa de Acessibilidade,

apoio material e financeiro, este sob a forma de descontos e bolsas de estudo, totais ou parciais, reembolsáveis ou não, obedecendo às determinações da IES.

No Regimento da Instituição, consta o relacionamento entre a Faculdade e sua Mantenedora, podendo observar que ambas se relacionam através de sua Diretoria, sendo dependente da Mantenedora apenas quanto à manutenção de seus serviços, não havendo interferência, por parte desta, em nenhuma decisão que envolva o processo educacional ou de extensão, salvo quando decisões relativas a tais processos impliquem novos ônus, não inscritos em orçamentos aprovados.

Quanto à admissão de estudantes aos cursos de graduação, dar-se-á por uma das seguintes modalidades: Processo seletivo; Mudança de curso; Transferência; Porte de diploma de curso superior; e Rematrícula.

7.2 - Em relação aos processos avaliativos

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Itabirito e sua CPA – Comissão Própria de Avaliação, através do processo de autoavaliação e avaliações externas, identificam os pontos positivos e negativos de todas as dimensões avaliadas, podendo, desta maneira, fazer as intervenções necessárias para melhorias e correções de suas deficiências.

As ações acadêmico-administrativas desenvolvidas pela Faculdade a partir das avaliações externas e internas e daquelas propostas em seu PDI que evidenciam a trajetória de melhorias da IES estão elencadas a seguir:

- Fortalecimento das parcerias com as empresas dos setores privado e público;
- Redimensionamento da capacidade instalada da instituição no sentido de proporcionar melhorias para os laboratórios, acervo bibliográfico, infraestrutura para atividades meio, salas de aula, ambientes de estudo e estrutura física para portadores de necessidades especiais
- Investimento na implantação de novas tecnologias que possibilitem aos docentes e discentes usarem e manterem-se atualizados com a flexibilidade e as mudanças globais;
- No atendimento aos estudantes foram mantidas e/ou aprimoradas ações que estimulam a permanência dos discentes na IES tais como: apoio financeiro (bolsas e descontos), atendimento psicopedagógico, programa de monitoria, programa de nivelamento, acompanhamento de egressos, dentre outros;
- Aprimoramento do sistema de comunicação interna e externa, tornando-o eficaz e eficiente;
- Assegurar a manutenção das instalações e infraestrutura da Instituição;
- Desenvolver ações contínuas de melhoria no programa de Avaliação Institucional envolvendo a comunidade acadêmica.

8 – DEMONSTRAÇÃO DE EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL

As avaliações internas e externas, reconhecidamente, contribuem de forma significativa para o desenvolvimento institucional sustentável.

A abertura dada para as comunidades interna e externa participarem do processo é fundamental para a atualização do Planejamento Estratégico e do PDI.

A gestão democrática e participativa preconizada na regulação do Ensino Superior e no PDI da IES está presente no perfil institucional, aliada ao compromisso no processo gerencial.

A credibilidade conquistada pela instituição no mercado é fruto de uma gestão financeira planejada e executada, considerando as leis de mercado. Estes aspectos geram valor percebido pela comunidade interna e externa e contribuem significativamente, considerando os aspectos socioculturais, em prol da manutenção de ingressos no corpo discente. Cabe destacar, também, os avanços obtidos pela Faculdade, notadamente no contexto das políticas de acessibilidade e inclusão social, atendimento aos estudantes, contratação de docentes com titulação obtida em programas de pós-graduação stricto sensu, aquisição da nova sede, investimento em novas tecnologias e no acervo bibliográfico, aprimoramento do sistema de comunicação, melhoria dos laboratórios de ensino, com grande impacto na qualificação de profissionais para absorção pelo mundo do trabalho.

A arrecadação da atividade e o reinvestimento dos resultados operacionais asseguram uma gestão acadêmica, administrativa e financeira, adequada à realidade da Faculdade, demonstrando sustentabilidade econômica e financeira.

No histórico da CPA, diversas melhorias foram promovidas a partir das avaliações internas e externas. Os conceitos atribuídos demonstram claramente que houve uma evolução da IES em todos os seus processos educativos com destaque para a evolução em qualidade do corpo docente/técnico-administrativo, infraestrutura e gestão.

Observando as ações da CPA pode-se verificar que seus relatórios apontavam lacunas que mereciam um olhar especial por parte da IES. A análise de seus relatórios indicava, por exemplo: a necessidade de melhorias na infraestrutura e acervo da biblioteca; estratégias eficientes de comunicação; infraestrutura de acessibilidade; capacitação docente; entre outros.

Entretanto, diante dos atendimentos realizados, a partir dos apontamentos e sugestões da CPA, pode-se presenciar melhorias em diversos processos a partir de suas indicações. Em destaque: mudança de endereço de funcionamento da IES- a partir da aquisição de novo prédio (em comodato), a aquisição de equipamentos e melhoria dos laboratórios de informática, qualidade no atendimento ao público, diversificação dos instrumentos de comunicação interna e externa fazendo uso da virtualidade, investimento em estratégias metodológicas de aprendizagem ativa, aplicação de Avaliações Integradoras, melhorias significativas em acessibilidade física e atitudinal, ampliação dos espaços acadêmicos, aquisição de novos títulos para a Biblioteca, Assinatura da Biblioteca Virtual “Minha Biblioteca” e VLEX, criação e implementação de políticas de incentivo a capacitação docente, a produção científica docente/discente, políticas de responsabilidade socioambiental e políticas afirmativas entre outros.

Há um avanço da IES também no que diz respeito à Iniciação Científica e a Extensão, tendo uma participação efetiva de docentes/discentes em projetos de extensão e de iniciação científica, direcionado para as áreas dos cursos ofertados, contribuindo significativamente com a comunidade.

Importa registrar ainda acerca da responsabilidade social, o trabalho comunitário realizado pelo Núcleo de Prática Jurídica - NPJ do curso de Direito destinado à realização de práticas jurídicas simuladas e visitas orientadas. O NPJ atende às demandas do curso e adicionalmente desenvolve atividades atinentes às práticas de cidadania, em que os acadêmicos, supervisionados por professores, participam de ações de responsabilidade social e orientações jurídicas, atendendo à população em vulnerabilidade social.

A Instituição também evolui quanto à sustentabilidade da Educação, preocupando-se com temas emergentes, transversais, interdisciplinares e necessários aos processos educativos, tais como: Políticas para DCNs de Educação Ambiental, Relações Étnico-Raciais, Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e Direitos Humanos, Políticas para ações afirmativas e Políticas de Acessibilidade.

Os Projetos Pedagógicos dos cursos da IES estão alinhados com o PDI e com as Diretrizes Curriculares Nacionais atendendo de forma assertiva à legislação vigente.

A IES procura estar em sintonia com as expectativas da sociedade, preocupada em atender de maneira satisfatória e socialmente responsável às mais diversas demandas.

Preocupada com a qualidade docente, respondendo a quesitos como a titulação, capacitação e o enquadramento de dedicação docente (Tempo Integral; Tempo Parcial e Horista) a IES tem dedicado esforços no sentido de prover melhores condições de trabalho docente.

Entendendo ainda, que o atendimento aos alunos é fundamental para qualquer IES, visto que o processo pedagógico só realiza seus objetivos quando contempla as necessidades dos alunos, a Faculdade ordena diversas formas integradas de apoio aos alunos, a fim de contemplar com qualidade ações de acolhimento e permanência, atividades de monitoria, atividades de nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, apoio extraclasse, apoio psicopedagógico, de acessibilidade metodológica e instrumental e participação em centros acadêmicos ou em intercâmbios, conforme demonstrado abaixo:

Núcleo Psicopedagógico: O atendimento psicopedagógico realizado na Faculdade Presidente Antônio Carlos de Itabirito tem como objetivo proporcionar a melhor adaptação do aluno ao meio acadêmico possibilitando uma ação preventiva e acolhedora nos assuntos de ordem emocional e educacional, inclusive para alunos com necessidades educativas especiais. Visa também, minimizar os entraves do processo ensino-aprendizagem ou, ainda, sugerir o devido encaminhamento para os casos em que se fizer necessário um atendimento mais especializado.

Apoio Social: Como meio de propiciar o ingresso e a permanência do aluno na Faculdade, são oferecidos programas de financiamento estudantil como FIES e Educa mais Brasil e bolsas pelo programa PROUNI. São concedidos descontos através de parceria com instituições privadas visando redução no valor das mensalidades dos estudantes funcionários de empresas conveniadas. Visando melhor atendimento às demandas locais, é concedido desconto aos funcionários públicos municipais de Itabirito e região. É oferecido também o Desconto Social, que visa atender alunos em situação econômica menos favorecida.

Políticas e Ações de Acessibilidade e Inclusão: No ensino superior, a transversalidade da educação especial se efetiva através de ações de promoção ao acesso, à permanência e à participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem o ensino. Entendendo que, no ensino superior, a inclusão deve se inscrever no debate mais extenso do direito de todos à educação e igualdade no que tange a oportunidade de acesso e permanência do discente, a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Itabirito criou o Núcleo de Acessibilidade visando propagar e solidificar o macro conceito de acessibilidade constituído através de uma política institucional destinada a promover a acessibilidade universal. O NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE da FUPAC/Itabirito é composto pela Direção, Coordenações de Curso, Setores Administrativos, docentes e outras importantes estruturas da Instituição. O NÚCLEO atua no sentido de incentivar uma mudança de cultura visando à inclusão social. Para isso, seus membros atuam com o objetivo geral de promover a acessibilidade universal, desenvolver pesquisas e projetos comunitários que possam subsidiar organizações públicas e privadas envolvidas com as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, visando garantir o acesso à Instituição e suas dependências.

Programa de Nivelamento: A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Itabirito oferta o Programa de Nivelamento destinado especialmente aos alunos dos dois primeiros períodos dos cursos. O programa

obedece a regulamento próprio e tem como principal objetivo proporcionar condições aos alunos de recuperarem conteúdos do Ensino Médio, essenciais ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem no Ensino Superior.

Monitoria: Este Programa contribui para a qualidade do ensino na graduação, apoiando professores e estudantes no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. A Monitoria é integrante do processo pedagógico, bem como do projeto de formação do aluno, por meio da contribuição que esse aluno oferece ao projeto de formação dos demais. Nessa perspectiva, estimula a participação de alunos dos cursos de graduação no processo educacional, nas atividades relativas ao ensino e na vida acadêmica na IES.

Ouvidoria: A Ouvidoria é uma instância informal, neutra e independente à qual membros da comunidade acadêmica e os cidadãos em geral que não se considerarem atendidos de forma satisfatória pelos canais usuais podem recorrer para fazer sugestões, reclamações, denúncias e discutir problemas relativos às atividades e funções da Faculdade.

Formas de Acesso: A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Itabirito promove o ingresso de candidatos nos diversos cursos de graduação através de Processo Seletivo organizado e executado segundo o disposto na legislação pertinente, com o objetivo de classificar os candidatos, no limite das vagas ao curso respectivo. A Instituição também aceita transferência de alunos de outras Instituições de Educação Superior, conforme legislação vigente e normas regimentais, bem como a obtenção de novo título.

Programa de Acolhimento e Permanência: O Programa é uma proposta de acompanhamento e de apoio aos discentes desde o seu ingresso na IES. Sua estrutura centra-se no acolhimento, permanência e acompanhamento dos estudantes. O Programa está organizado em torno do acompanhamento de todos os acadêmicos da Faculdade, considerando suas necessidades e peculiaridades no decorrer do processo de ensino-aprendizagem. O Programa apresenta uma proposta de trabalho que visa acompanhar todo percurso do aluno na Faculdade, com o intuito de superar suas limitações e valorizar o estudante enquanto sujeito dotado de capacidades, habilidades e potencialidades enfatizando-o como protagonista de seu desempenho acadêmico e de sua própria história. Através do programa a IES busca identificar as possibilidades de estágio não obrigatórios e remunerados e não remunerados fazendo o devido encaminhamento e acompanhamento dos alunos selecionados.

Ações inovadoras para atendimento ao discente: A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Itabirito propõe-se a desenvolver as seguintes ações inovadoras de apoio ao discente: Estabelecer convênios com Instituições públicas e privadas para encaminhamento de alunos a estágios curriculares não obrigatórios e remunerados, mediante intermediação e acompanhamento de profissionais da Instituição; Organizar Atividades de recepção e ambientação entre calouros e ingressantes; Fortalecer relacionamentos de amizade entre toda a comunidade acadêmica; Disponibilizar pauta de comunicação nas redes sociais com a publicação de posts de boas-vindas e demais informações de interesse do curso; Fornecer gratuitamente carteira estudantil; e Apoiar o aluno na realização de atividades extraclasse, através do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qualquer entidade comprometida com a qualidade e tendo como base a responsabilidade de gerir resultados eficientes, tem que ter como propósito a utilização de um instrumento de verificação e acompanhamento dos trabalhos executados para se estabelecer, tanto para a área acadêmica, bem como para a área administrativa, a partir de então, novos procedimentos e melhoria que deverão ser incorporados naquelas já existentes.

A Comissão Própria de Avaliação - CPA vem trabalhando de forma sistêmica e holística, contando com a colaboração dos diferentes atores institucionais como: dirigentes, profissionais técnicos e administrativos e discentes, levantando subsídios à tomada de decisão e ao planejamento institucional, na busca de melhoria da qualidade do ensino, da iniciação científica, da extensão e da gestão.

A Comissão Própria de Avaliação se compromete em divulgar e compartilhar as informações levantadas através desse processo avaliativo, para que sejam fornecidos subsídios aos gestores da instituição e que mediante os resultados, sejam tomadas as decisões e medidas cabíveis, na busca do contínuo processo de melhoria do ensino-aprendizagem.

Para instrumentalizar um trabalho bem constituído, em um formato mais definido, com princípios mais aprofundados e propósitos mais exigentes, como os sugeridos nas diretrizes que norteiam a Lei nº 10.861/04 – SINAES, concebem-se e firmam-se valores que devem estar presentes às ações que couber à avaliação institucional numa dimensão abrangente, como: colaboração, determinismo, imparcialidade, equidade e compromisso, fatores esses já presentes no PDI.

Tratando, ainda, da legitimidade desse trabalho, o mesmo segue padrões estruturais, não só de exigência legal, mas, em sua composição, considerando a representatividade de vários segmentos que subsidiaram as atividades da Comissão Própria de Avaliação – CPA, assim também como sugerem as diretrizes do Sistema Nacional da Educação do Ensino Superior – SINAES.

As ações da IES estão coerentes com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Itabirito especialmente direcionando-as para o cumprimento das novas metas no ciclo de desenvolvimento 2018-2020.

O presente Relato Institucional demonstra a evolução IES e é mais um passo de consolidação da IES. A Instituição desenvolve uma avaliação pautada nas diretrizes estabelecidas pelo CONAES, buscando a melhoria contínua da qualidade dos processos educacionais, cumprindo o desafio de uma avaliação institucional com finalidades construtiva e formativa, tornando o processo de avaliação permanente. Isso só é possível com a sensibilização e o envolvimento contínuo dos integrantes da comunidade acadêmica nas discussões e análises, fomentando a cultura da avaliação participativa.

Registra-se que o trabalho desenvolvido pela CPA – Comissão Própria de Avaliação goza de plena autonomia em seus processos, o que propicia um desenvolvimento harmônico, assertivo e integral de todas as ações do processo avaliativo.